ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

NÚMERO 1

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015 ----------

Nº. 01/2015 ----------

Aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número quatro barra dois mil e quinze, de dezasseis de fevereiro de dois mil e quinze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Carlos Manuel Marques Alves; Celestino da Cruz Freire; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; João Carlos Baião da Silva; António José Calado Martins Pinheiro. ----------

Faltaram à Sessão os seguintes elementos: António Manuel dos Santos Mendes, tendo antecipadamente justificado a ausência, Rui Paulo Serras Vermelho, Carlos Alberto Dias.--------
O cidadão Mário Rodrigues tomava hoje posse em substituição do vogal João Pedro Viegas Santana (PS) que apresentou renúncia do mandato, mas por motivo de doença, faltou à sessão. ----------

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão e Natércio Francisco Canelhas Candeias. ----------

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira. ----------

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – Rogério Paulo de Sousa Palácio, 1.º Secretário - Maria do Rosário Costa Martins, 2ª. Secretário – Sónia Cristina Marques Varino. ----------

ABERTURA ----------

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes e deu início à sessão. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação para discussão a ata da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 26.09.2014. ----------

Ata aprovada por **unanimidade.** ----------

O Presidente da Assembleia Municipal colocou para discussão e votação a ata da sessão de 22 de Dezembro 2014. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que a ata não refere toda a informação da sua intervenção relacionada com Índice de Transparência Municipal, mas porque considera o assunto extremamente importante pediu para ser ainda introduzido. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Pediu ao Vogal para referir o ponto da ata, onde esse assunto foi abordado e para fundamentar a alteração sugerida apresentando um documento escrito. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que não tinha nenhum documento escrito, nem sabia qual o ponto da ata onde consta este assunto, dizendo que tem que estar na gravação. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Respondeu que assim não será possível fazer a alteração na ata. Disse ainda, no futuro se algum vogal detetar alguma anomalia, deverá apresentar documento escrito para ser anexado à ata, se o mesmo for aceite pela assembleia. De seguida submeteu a ata à votação. ----------

O Ata aprovada por **maioria**, com uma abstenção e um voto contra da bancada do (PS). ---------

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que protestava o modo como foi tratado o seu pedido, porque "*apenas seria necessário ouvir novamente a cassete e isto é um assunto de interesse público*". -

Presidente da Assembleia Municipal – Respondeu que a mesa desta assembleia pediu colaboração ao vogal para detectar a situação indicando concretamente o que faltava, depois solicitou um documento escrito sobre o assunto que não apresentou. Terminou dizendo que se o vogal tem colaborado a situação poderia ter sido revista e alterado o ponto da ata, antes de ser colocada à votação. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Apresentou uma Moção de saudação reconhecimento pela Atribuição da Medalha de Mérito Grau de Comendador da Ordem de Mérito ao cidadão António dos Santos Mendes. Anexo[1] ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que em relação ao monumento sugerido na moção, tinha algumas dúvidas, mesmo sem saber que tipo de monumento está pensado, até porque não concorda que se faça estas homenagens ainda em vida, daí as suas dúvidas. ----------

[1] "Saudação e Reconhecimento pela atribuição do grau de Comendador da Ordem do Mérito ao cidadão António Manuel dos Santos Mendes"

Moção aprovada para discussão por unanimidade, tendo sido decidido que a Moção seria apresentada por todos os eleitos desta Assembleia Municipal. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Disse que concorda com a proposta apresentada na moção, porque o cidadão António Mendes foi uma pessoa que dedicou a sua vida a geriu os destinos deste concelho e dotou-o de infra-estruturas. Foi um homem que esteve por força do voto popular muitos anos à frente do concelho após o 25 de Abril, em que o poder local foi pela primeira vez democrático. Se a proposta for aceite pela Assembleia, a Câmara irá desenvolver os procedimentos necessários para ser apresentado para o ano, no 25 de Abril ou nas festas do concelho de 2016. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse concordar com análise feita pela Senhora Presidente da Câmara. Será difícil encontrar outra personalidade mais consensual na vida autárquica do concelho. Salientou a importância da Assembleia Municipal ter aceite por unanimidade esta moção, terminou dizendo que assim a pessoa poderá usufruir deste reconhecimento. ----------

Celestino Freire (CDS-PP.MPT) – Interveio dizendo que está completamente de acordo com a moção apresentada. ----------

A moção foi apresentada por todos os eleitos e aprovada por **unanimidade.**----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Informou que não compareceu na reunião sobre o Estatuto de Direito de Oposição, para a qual tinha sido convocado, porque por convicção acha que devem ser os partidos políticos a serem ouvidos e não os membros da Assembleia Municipal. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Explicou que convocou o Vogal Carlos Alves, por ser o líder da bancada do Partido Socialista. Efetivamente foi convocado e não compareceu, com a justificação agora apresentada, *"não compareceu porque achava que não era ele que devia ser convocado"* e para evitar estas confusões disse que cada partido deve informar por escrito a Câmara de que é o seu representante legal. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Lembrou que não foi a primeira vez que este assunto vem à Assembleia, tendo já sido feito aqui o pedido para que o Executivo fosse informado quem é representante de cada partido, assim como o correto endereço de correio. Portanto é bom que efetivamente cada bancada cumpra os seus deveres. ----------

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

Período da Ordem do Dia ----------

1. Período reservado à intervenção do público; ----------
2. Análise, discussão e eventual autorização da abertura de procedimento concursal de técnico superior para a divisão municipal administrativa e financeira a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; ----------
3. Análise, discussão e eventual autorização da renovação do prazo compreendido entre a deliberação da Assembleia Municipal a que se refere o n.º 1 do art. 64.º do OE 2015 e a data da homologação da lista de classificação final relativo aos procedimentos de assistente técnico; ----------
4. Análise, discussão e eventual autorização da contratação de empréstimo a celebrar ao abrigo do empréstimo quadro destinado a financiar o Centro Escolar de Montalvo; ----------
5. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; ------
6. Outros assuntos de interesse. ----------

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

Não se registou nenhuma intervenção do público. ----------

2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO; ----------

Presidente da Câmara Municipal – Explicou que é uma formalidade, o que se pede à Assembleia Municipal, por força da legislação em vigor autorize que o procedimento concursal não seja apenas restrito a funcionários que já estão com vínculo indeterminado na Administração pública mas que oportunidade de outros candidatos poderem de candidatar. ---

Proposta aprovada por **maioria** com 4 abstenções da bancada do PS. ----------

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO PRAZO COMPREENDIDO ENTRE A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A QUE SE REFERE O N.º 1 DO ART. 64.º DO OE 2015 E A DATA DA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL RELATIVO AOS PROCEDIMENTOS DE ASSISTENTE TÉCNICO; ----------

Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu que já passaram seis meses desde esta deliberação e por imposição da lei não pode ser homologado para dar continuidade ao concurso sem a Assembleia Municipal autorizar ao alargamento do prazo dado que os 6 meses foram ultrapassados. ----------

Proposta aprovada por **unanimidade**. ----------

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CELEBRAR AO ABRIGO DO EMPRÉSTIMO-QUADRO DESTINADO A FINANCIAR O CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO; ----------

Presidente da Câmara Municipal – Pediu compreensão pelo facto do documento ter sido entregue já no decurso da Assembleia, e explicou que assim se poderia ganhar algum tempo, evitando comprometer o desenvolvimento dos trabalhos no que concerne ao Centro Escolar de Montalvo. Disse que com este documento e com esta informação técnica estavam reunidas condições para a Assembleia se poder pronunciar, dado que a informação vem na sequência da possibilidade da Câmara contrair o empréstimo já analisado aqui nesta assembleia. ----------

Proposta aprovada por **maioria** com 1 abstenção da bancada do CDS-PP. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Informou que a bancada do Partido Socialista votou a favor deste documento fazendo fé não só nas considerações técnicas que foram aqui feitas como pela legalidade dos documentos aqui apresentados e pelo processo em si. ----------

5. APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO Nº 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; ----------

Vogal Virgílio André (CDU) – Neste ponto era habitual vir na documentação o mapa dos empréstimos que não consta. Para fazer a análise não é indispensável esse mapa mas é útil para fazer algumas comparações com dados anteriores e mostrar os valores em dívida. Até porque na assembleia anterior foi colocado uma questão referente aos Spreads sobre os respectivos empréstimos e ajuda na análise quanto às verbas em dívida a 30, 60 e 90 dias. O mapa agora apresentado é muito diferente do anterior, embora o resultado seja o mesmo, existem algumas verbas significativas, que aparecem pela primeira vez, como remunerações a pagar ao pessoal. Assim a Câmara Municipal tem uma dívida dentro dos prazos de pagamento de 102.000 euros, ou de 207.000 euros, é que são coisas completamente diferentes. A

pergunta é se esta rubrica tem mesmo que vir aqui, ou só vem as dívidas às entidades fornecedoras? Questionou ainda, porque é que há coisas a pagar a 120 dias, ou estará a fazer alguma interpretação errada. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Na informação escrita sobre a reabilitação urbana do núcleo histórico de Constância, diz que se encontra concluído o processo de levantamento do estado de conservação de todos os edifícios do núcleo histórico. Questionou qual é o passo seguinte? Qual a ligação com os proprietários, se existe perspectivas de fundos disponíveis para o efeito tanto para públicos como para privados. A Câmara ao iniciar este trabalho deverá ter objectivos traçados, gostaria de saber qual é percurso. Outra questão está relacionada com o empréstimo, os juros vão baixar mas o certo é que dentro do concurso para este empréstimo já se está a perder dinheiro, a proposta mais baixa foi 2.75 de spread. A fase que se vive é muito complicada para acesso ao crédito porque isto também não pode baixar indefinidamente e qualquer dia começa a subir, e ainda bem que a Câmara arranjou a linha de crédito do BEI. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente às questões relacionadas com juros e spreads fez algumas considerações e pediu à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira para clarificar. No que diz respeito ao levantamento que foi denominado como área de reconversão urbanística é um instrumento indispensável para utilizar alguns apoios no atual quadro comunitário, no que tem a ver com a reabilitação, é exigido haver um levantamento, em que a Câmara Municipal tem que aprovar a delimitação da área que quer intervir. Tem que ser aprovado pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, só depois disso é que haverá condições para fazer um trabalho de intervenção ao nível da reabilitação urbana. Ou seja, tem que ter um plano de intervenção que é um compromisso que se vai assumir para um horizonte temporal. A nível dos privados o que é que querem fazer, destes edifícios e o que a Câmara poderá fazer até porque existem edifícios que foram adquirimos para determinados fins, alguns deles até foram expropriados, ainda tem que se definir qual o seu destino se são para serviços, ou para turismo, para habitação etc. No que diz respeito aos proprietários, também eles têm que pensar o que é que querem fazer, se querem vender, reabilitar, continuar para habitação, ou outra forma de rentabilização daquele edifício, até porque se prevê apoio para a reabilitação para os privados através de linhas de financiamento com juros mais apetecíveis. Relativamente ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para as Câmaras municipais, há possibilidade de haver financiamentos com juros mais baixos mas tem que ser para arrendamento social. A Câmara pode definir alguns incentivos para a reabilitação destes espaços de intervenção designadamente: isenção do IMI por alguns anos, decidir um

determinado valor da taxa mais acessível, e que a Assembleia Municipal delibere também serem incentivos para a intervenção nesta área. Disse ainda que é urgente esta intervenção até porque os prédios estão num estado de degradação a diferentes níveis, mas alguns estão num nível de degradação muito elevado. Depois, há um problema que todos conhecem as casas no centro histórico, são casinhas tudo a subir, divisões pequenas, sem estacionamento... em que os casais jovens, não querem. Terá que se encontrar soluções nem que seja reorganizar o centro histórico e poderá ter que se optar por juntar três casas e fazer apenas uma, desde que os proprietários estejam de acordo. É este o trabalho que a Câmara tem pela frente que não é tarefa fácil. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse ter ficado com uma ideia mais precisa das intenções e dos procedimentos dado que não é um processo fácil, é um trabalho muito técnico, muito moroso, que de facto é preciso os técnicos do município estarem muito preparados e muito sensibilizados para fazer esse trabalho junto dos munícipes. ----------

Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Em relação à questão do mapa dos empréstimos é um facto, foi um lapso o mapa não ter sido inserido na informação. Disse que em relação aos spreads está a ser conferido e virá na próxima assembleia. Relativamente ao reporte da dívida que foi feito, foi colocado dois valores de dívida do município: o valor da dívida de acordo com o apuramento no dia 20 de Fevereiro, e ai ainda não tinham sido feitos os pagamentos das remunerações, nos mapas em anexo aparece efectivamente o valor em dívida. No entanto, na informação consta o apuramento da dívida corrigido do valor das despesas com pessoal, precisamente para que a análise seja correcta e não esteja a empolar a dívida com 100 mil euros, contas redondas, de despesas com pessoal. Tudo tem a ver com a data do apuramento em que é feito a informação. Neste caso em específico a análise é feita no final do mês de Janeiro, foi considerado que a informação de 20 de fevereiro de 2015 era mais real. Relativamente ao valor dos pagamentos até 120 dias, tem a ver com o facto de terem sido atribuídos apoios no âmbito da acção social escolar, em que esses apoios foram processados só que algumas das famílias ainda não levantaram o valor a que tinham direito. Já foi feita informação sobre este assunto, aguarda-se despacho da Sra Presidente e alguns serão cancelados. O reporte para os pagamentos em atraso e uma vez que não podemos ter pagamentos superiores a 90 dias, foram retirados esses valores do mapa dos pagamentos em atraso a enviar à DGAL, mas no mapa ainda constava esse valor, mas era uma dívida que o município não consegue controlar porque foram feitos os contactos, mas as pessoas não levantaram os apoios. ----------

Vogal Virgílio André (CDU) – Alertou que nos "Compromissos Plurianuais", na página 3, deverá ser rectificado a data da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão de 22/12/2015 que deverá ser 22/12/2014. Sobre a explicação dada anteriormente pela Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira das verbas a 120 dias que foram concedidos a apoio social referente há escolas ou bolsas de estudo e não foram levantadas, será um assunto que carece de reflexão. ----------

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou que no seguimento do que tem vindo a acontecer nos últimos boletins municipais na secção "*A voz dos eleitos*", seja dada oportunidade às bancadas da Assembleia Municipal de apresentarem artigo para publicar, sugerindo que o próximo boletim tenha um texto da bancada da CDU, o seguinte da bancada do partido Socialista e por fim a bancada do CDS-PP/MPT. Disse ainda que o texto para a próxima edição terá de ser entregue até à próxima quarta-feira. ----------

Vogal Virgílio André (CDU) – Manifestou concordância com a proposta, excepto no que concerne à data de entrega.----------

Presidente da Câmara Municipal – Após alguma reflexão definiu que este pedido terá início após a publicação do próximo boletim municipal. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse que gostava de ouvir a opinião da Câmara e da Associação Nacional de Municípios sobre a recente legislação relativa à descentralização para os municípios em algumas áreas como a saúde, a educação, a proteção civil, dado que lhe parece mais uma imposição para as autarquias. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Realçou que as bancadas desta Assembleia debateram as ideias e as convicções de cada um e que a opinião do Partido Socialista e da CDU não serão muito diferentes. O problema da discussão da descentralização é a falta de um amplo debate com os próprios interessados, neste caso com o quadro autárquico. No que se refere à reabilitação urbana, diz sentir pena, olhar para a zona histórica de Constância, reconhecendo ser uma problemática de difícil resolução, que o Executivo CDU em 30 anos ainda não resolveu. Solicitou ainda à Senhora Presidente que se manifestasse sobre as recentes notícias relativas aos bombeiros voluntários de Constância, nomeadamente sobre a falta de meios financeiros com que a instituição se debate. Expressou o seu desagrado pelo aumento do IMI no concelho de Constância, descontentamento relativamente à questão do espaço do cidadão, dizendo que a Câmara de Constância foi a única autarquia que não assinou o protocolo com a Agência para

a modernização Administrativa. Por último questionou a mesa da Assembleia Municipal sobre a resposta a dois requerimentos datados de 22 de dezembro de 2014. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Aludindo à questão da descentralização de competências, referiu que a Associação Nacional de Municípios têm tomado algumas posições desfavoráveis na sua essência e que foi apresentada moção sobre este assunto, da concordância de todos, relevando que a descentralização de competências preconizada pelo atual governo é uma forma de transpor para as autarquias mais responsabilidades sem as devidas contrapartidas financeiras, sendo as autarquias meras executoras das políticas governamentais. Referiu como exemplo a criação dos Espaços do Cidadão e a descentralização de competências em matéria de educação. Frisou que a postura na Câmara Municipal é ouvir todas as partes e analisar o que é melhor para os cidadãos, pelo que esta entendeu não estarem reunidas as condições para assinar este tipo de contratos por não se mostrarem vantajosos para os munícipes ou instituição. Relativamente ao Espaço do Cidadão, referiu que se no futuro se demonstrar que os serviços prestados à população são um êxito, estará sempre disponível para assinar o referido contrato. O Espaço do Cidadão não é uma Loja do Cidadão é apenas um *back office.* O que foi pedido à Câmara Municipal, foi um espaço físico na vila com 16 metros quadrados e um funcionário para ter formação sobre as plataformas da Administração Central, IMT, ADSE, Caixa Geral de Aposentações, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e outros serviços. O espaço do Cidadão é o interface entre a Administração Central, plataforma informática e cidadão, sendo o funcionário um mediador. Garantiu que se acreditasse que seria uma melhoria para os concidadãos, teria assinado o protocolo, mas pelo contrário achou que viria comprometer o futuro das atuais instituições ou mesmo extinção de alguns serviços. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Esclareceu que aguarda resposta do executivo sobre os requerimentos apresentados. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Relativo ao IMI, disse que todos concordam não ser positivo aumentar impostos, contudo é necessário atender à situação das finanças do município, nomeadamente no que respeita ao fundo de apoio municipal, ao IVA da iluminação pública, ao IVA de refeições escolares, à redução das transferências do Orçamento de Estado. Concluiu dizendo que a Câmara tem que gerir com os meios disponíveis, impedindo a sua falência. -------

Presidente da Câmara Municipal – Manifestou o seu agrado pelo facto desta Assembleia estar a refletir sobre assuntos de interesse geral. Relativamente aos bombeiros, referiu ter recebido um email do Sr Comandante Adelino Gomes, pedindo a intervenção da Câmara em termos institucionais, onde referia que os bombeiros iam parar com o transporte de doentes em virtude do incumprimento de pagamentos por parte do Centro Hospitalar do Médio Tejo, sem que o serviço de socorro fosse comprometido. Referiu ter de imediato diligenciado junto dos

serviços de contabilidade da câmara para validação de atraso de pagamentos a esta instituição. Verificou não haver qualquer fatura em atraso por parte da autarquia. Foi ainda efetuada uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) e o Presidente da Federação de Bombeiros, clarificando-se que o contrato de prestação de serviços com a central de transportes de doentes é com a Federação e não com as diferentes corporações de bombeiros, em que o Sr. Presidente do Conselho de Administração do CHMT, explicou que não estavam em dívida com os bombeiros porque não têm dívidas a mais de 90 dias com a Federação. Foi garantido que já estava a ser feitas as diligências com o Vice-Presidente do Conselho de Administração e com a Federação dos Bombeiros para aliviarem a situação dos bombeiros de Constância. ----------

Relativamente ao IMI, referiu que a CDU era a força política com mais interesse neste concelho em não aumentar o IMI, pelo impacto na vida das pessoas. De seguida referiu que já no próximo mês de março, vai ser mais uma sobrecarga para os munícipes na medida em que a legislação obriga à introdução de algumas tarifas que surgirão de uma forma detalhada na fatura da água, solicitando ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos para abordar este assunto.----------

Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos – Referiu que em Constância não se aumentou o preço da água desde 2008. As autarquias receberam recomendações de carácter obrigatório da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para criarem uma taxa de estabilidade e uma taxa extra de recursos hídricos, o que vai originar um aumento na fatura da água. ----------

Segunda Secretária Sónia Varino – Em nome da Mesa desta Assembleia felicitou a Srª Presidente da Câmara pela recente atribuição do Prémio Personalidade Feminina Política 2014 atribuída ontem pelo Jornal *"O Mirante"*. ----------

APROVAÇÃO EM MINUTA ----------

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. ----------

ENCERRAMENTO ----------

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. ----------

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente

Rogério Paulo de Sousa Palácio

1.º Secretário

Maria do Rosário Costa Martins

2.º Secretária

Sónia Cristina Marques Varino

Moção

Saudação e Reconhecimento

pela atribuição do Grau de Comendador da Ordem do Mérito

ao cidadão António Manuel dos Santos Mendes

Considerando:

a) **Que António Mendes é reconhecidamente um autarca exemplar e de excecional mérito na defesa dos interesses do concelho de Constância e na promoção do seu desenvolvimento;**

b) **Que tem toda uma vida de dedicação ao serviço público, porquanto:**

1. Iniciou a atividade autárquica em ~~1979~~ 1979, com 29 anos de idade, como vogal da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada;

2. Foi eleito vereador em dezembro de 1982, tendo desempenhado esse cargo na Oposição até dezembro de 1985;

3. Em dezembro de 1985 foi eleito presidente da Câmara Municipal, cargo que desempenhou durante 24 anos, até outubro de 2009;

4. Em outubro de 2009 foi eleito presidente da Assembleia Municipal de Constância, cargo que mantém atualmente;

c) que a António Mendes se deve o período de mais intenso desenvolvimento do concelho: o abastecimento regular de água de qualidade em todo o território municipal e a total remodelação da respetiva rede, a construção de grande parte da rede de esgotos e a totalidade do seu tratamento efetivo, a construção de muitas dezenas de fogos habitacionais e várias urbanizações distribuídos por todas as freguesias, a construção da Escola Luís de Camões e a consequente criação do ensino dos 2º e 3º ciclos e secundário, o ordenamento das margens dos rios Tejo e Zêzere, a construção da extensão de Saúde de Santa Margarida e do Centro de Saúde de Constância, o atual edifício dos Paços do Concelho, a Zona Industrial de Montalvo, , o Centro de Ciência Viva – Parque de Astronomia, o Parque Ambiental de Santa Margarida, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal, as Piscinas Municipais, o Pavilhão Desportivo Municipal, o Posto da GNR – são apenas algumas das muitas e importantes obras a que António Mendes está associado;

d) que, no âmbito regional, fica ligado à criação da Associação de Municípios do Médio Tejo, hoje Comunidade Intermunicipal, à Resitejo (aterro sanitário que serve o nosso Concelho, situado na Carregueira) e à Tagus – Associação par o Desenvolvimento do Ribatejo Interior, sediada em Abrantes;

e) que a sua ação enquanto presidente da Câmara sempre se caracterizou por uma relação de grande proximidade com os munícipes, sendo conhecido de todos o seu hábito de passar diariamente, antes das 8 horas da manhã, pelos diversos lugares do concelho, tendo assim oportunidade de falar com todos os que o interpelavam sobre os mais variados assuntos relativos à vida do município;

f) que pautou a sua gestão por grande rigor financeiro e especial capacidade de atrair financiamentos para o concelho;

g) que demonstrou, durante todos estes anos, uma grande capacidade de diálogo com todos os eleitos, quer da sua força politica quer da oposição;

h) que, por outro lado, revelou uma notável capacidade de diálogo com todos os governantes, de todos os governos, qualquer que fosse a sua cor partidária;

i) que a sua vida politica sempre se pautou pelos princípios do serviço e da modéstia, nunca fazendo alarde das realizações a que esteve ligado, com uma única exceção, no Arquivo Municipal, inaugurado já depois de terminado o seu último mandato de presidente da Câmara Municipal, em que foi colocada uma placa com o seu nome alusiva ao seu empenhamento na construção desse equipamento.

Face ao exposto,

A Assembleia Municipal de Constância, reunida a 27 de fevereiro de 2015, considera a condecoração atribuída por sua Excelência o Presidente da República, no passado dia 13 de fevereiro, ao cidadão António Manuel dos Santos Mendes, de Comendador da Ordem de Mérito, um ato da maior relevância e da mais elementar justiça que constitui um orgulho para o Município de Constância e muito particularmente para esta Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que seja erigido um monumento ao Comendador António Manuel dos Santos Mendes num dos equipamentos emblemáticos existentes (por exemplo o Parque Ambiental de Santa Margarida ou junto ao edifício dos Paços do Concelho) a inaugurar no ano de 2016, no dia 25 de Abril ou no dia do Concelho, como reconhecimento e forma de perpetuar a pessoa excecional que, em mais de 30 anos como autarca de muito mérito, mudou a face do concelho de Constância, deu-lhe visibilidade nacional e revolucionou a qualidade de vida de toda a comunidade.

A Assembleia Municipal delibera ainda que esta moção seja enviada a todas as Instituições e Entidades Concelhias e a toda a comunicação social local e regional.

~~Os eleitos da CDU~~
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constância, 27 de Fevereiro de 2015